

GEOGRAFIA E EPISTEMOLOGIA DO SUL NA OBRA DE MILTON SANTOS

geography and south epistemology in the Milton Santos Work

Aldo Dantas *

Resumo

Este artigo traça uma brevíssima biobibliografia de Milton Santos. Em seguida, a partir de alguns elementos da filosofia de Heidegger, Sartre, Ortega y Gasset e da complexidade, infere reflexões sobre as raízes da geografia miltoniana com o intuito de discutir sua epistemologia (existencial) do sul.

Palavras-chaves: Milton Santos, Geografia Miltoniana, Epistemologia do sul.

Abstract

This article provides a very brief Milton Santos's bibliography. After that, from some philosophical elements of Heidegger, Sartre, Ortega and Gasset and the complexity, bring thoughts about the miltoniana geography roots aiming argue its south's epistemology (existential).

Key words: Milton Santos, Miltoniana Geography, South's epistemology

Resumen

En este artículo se proporciona una breve bibliografía de Milton Santos. Después de que, a partir de algunos elementos filosóficos de Heidegger, Sartre, Ortega y Gasset y la complejidad, trae reflexiones acerca de las raíces de la geografia miltoniana y tiene el intuito de discutir su epistemología (existencial) desde el sur.

Palabras claves: Milton Santos, Geografía Miltoniana, Epistemología del sur.

(*) Prof. Dr. da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Campus Universitário s/n, Lagoa Nova, CEP: 59078-970, Natal (RN), Brasil. Tel: (+55 84) 3342-2222 - aldotantasufrn@gmail.com

INTRODUÇÃO

Duas preocupações atravessam toda a obra de Milton Santos: a) dar à geografia uma epistemologia e b) essa epistemologia deveria ser adequada para a análise do sul. Essa tarefa é levada a cabo tendo por base uma epistemologia existencial e uma ontologia do espaço. É bom deixar claro que a epistemologia geográfica pretendida por Milton Santos é uma epistemologia universal que tenta dar conta das especificidades dos chamados países subdesenvolvidos e não apenas analisar estes a partir do entendimento de um espaço, de uma geografia (do mundo desenvolvido) que deveria servir de espelho. A teoria da “geografia nova” se pretende universal no sentido que almeja a análise de qualquer espaço do mundo, da existência do homem no mundo, do ser no mundo.

Não cabe aqui discorrer exaustivamente sobre a obra de Milton Santos. Pontuaremos apenas o que julgamos necessário para elucidar e introduzir o que pretendemos trazer para esta discussão e que reflita o anunciado no título. Neste sentido o artigo está dividido em três momentos: primeiro farei uma brevíssima apresentação biográfica de Milton Santos e uma introdução rápida da sua obra; no segundo momento elencarei alguns elementos da filosofia de Heidegger, de Sartre, de Ortega y Gasset e da Complexidade. Pensamos que esse conjunto de ideias contribuiu de alguma forma para as atitudes intelectuais e a construção teórica de Milton Santos e nos coloca diante das raízes dos seus argumentos, convicções e incertezas. Isso nos leva ao nosso terceiro e último momento: epistemologia da existência e a discussão sobre o sul.

PRIMEIRO TEMPO

Milton de Almeida Santos nasceu no dia 03 de maio de 1926 em Brotas de Macaúbas no sertão baiano, no Nordeste brasileiro onde seus pais foram ensinar como professores primários. Formou-se em direito em 1948, em Salvador. O interesse pela geografia começa cedo, aos 15 anos quando dava aulas no ginásio. Conclui o seu doutorado em Estrasburgo no ano de 1958 e a partir dessa data começa a dar aulas em universidades. Ocupou cargos públicos de destaque e produziu para a imprensa. Foi preso pelos militares do golpe de 1964 e ao sair da prisão ganhou o mundo.

Deu aulas nas universidades de Toulouse, Bordeaux e Paris. Também lecionou em universidades do Canadá e dos Estados Unidos. Na América Latina trabalhou e lecionou no Peru e na Venezuela. Na África trabalhou na Tanzânia.

Volta ao Brasil em 1978. O retorno às atividades acadêmicas foi conturbado e difícil, até fixar-se no Departamento de Geografia da USP em 1983 da qual não se desliga até sua morte em 24 de junho de 2001.

Sua obra atrai o interesse de vários especialistas e trata de temas como o planejamento, o urbanismo, a urbanização no terceiro mundo, a globalização, a técnica e a cidadania. No entanto creio que a sua maior contribuição e que perpassa todos os outros temas foi a sua obsessão em dar à geografia uma epistemologia. Falaremos agora um pouco de como começa essa obsessão ou, melhor, de quando ela começa a se explicitar.

Ao ler um pequeno texto da nossa saudosa socióloga Ana Clara Torres Ribeiro, publicado em um livro organizado pela colega Maria Auxiliadora da Silva – 10 anos sem Milton Santos – me deparei com um depoimento de Ana Clara Torres Ribeiro relatando a alegria do prof. Milton Santos sobre a importância que dava ao livro “O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo”. Segundo ela para o Milton Santos “esse seria, no conjunto de sua obra, o seu livro preferido”. Fique muito feliz, pois havia acabado de publicar, juntamente com um aluno e colega, na GEUSP, um texto sobre a importância dessa obra. Ai encontram-se as primeiras marcas explícitas da construção teórica de Milton Santos.

Essa obra é publicada primeiro na França, em 1971, e traduzida para o Brasil somente em 1978. Lembramos que o período que precede essa publicação marca uma ruptura no pensamento



geográfico e se constitui num momento de efervescência teórico-metodológica que apontava para além da velha geografia regional descritiva e da matematização da New Geography.

O trabalho do Geógrafo é obra obrigatória para quem quer se iniciar na compreensão do pensamento complexo de Milton Santos, é aí que começa o seu esforço no sentido de contestar a Geografia Francesa e os seus conceitos “já tornados categorias fixadas”.

Em nosso entendimento essa reflexão fecunda, que lhe acompanhará por toda a vida, convergiu, pelo menos, de duas circunstâncias: 1) o ambiente acadêmico de Bordeaux que proporcionava um diálogo mais aberto entre os geógrafos e entre estes e outros especialistas e os debates em torno da realidade do terceiro mundo que eram constantes nos anos 1960; 2) o conhecimento que já acumulava sobre o terceiro mundo lhe dava a certeza da insuficiência teórico-metodológica da Geografia Clássica Francesa em dar conta da realidade desses países. Esses elementos o levam a um duplo movimento combinado: contribuir para a renovação epistemológica da geografia e a possibilidade de análise do terceiro mundo numa outra perspectiva.

Um aspecto importante aí colocado é aquele que diz respeito à relação indissociável entre a teoria e a empiria, o que o leva à ideia de que a renovação de teoria geográfica deveria passar por uma profunda reflexão sobre a realidade concreta dos países subdesenvolvidos e que a realidade concreta não se revela sem o uso da teoria e nem esta tem razão de ser sem o domínio da empiria. Nesse momento faz dura crítica àqueles que insistiam na ideia de uma geografia como ciência empírica.

Já na década de 1960 Milton Santos se preocupa com a maneira como os estudos urbanos eram realizados no denominado terceiro mundo. Para ele esses estudos eram orientados a partir de conceitos produzidos para a compreensão do “mundo desenvolvido”, os quais, por meio de estudos comparativos, eram, em muitos casos, aplicados na íntegra e sem nenhuma ressalva à realidade terceiro-mundista. Esse procedimento, segundo Milton Santos, incidia em fantástico erro de compreender que o processo de urbanização do terceiro mundo ocorria, ou deveria ocorrer, de maneira idêntica àquele do chamado mundo desenvolvido, e que aqueles estariam passando por uma etapa pela qual estes haviam passado. Sua obra nos adverte constantemente para o fato de que nós não podemos nos deixar levar pelas soluções de facilidade e transcrever de um continente para o outro noções que vindas das confluências das mesmas causas conservem a mesma denominação, mas que perdem a sua capacidade de definir pelo próprio fato de migrarem, pois são os mecanismos, os processos que devem assumir relevo teórico operacional.

Ainda no Trabalho do Geógrafo Milton Santos levanta algumas situações e combinações características muito frequentes na organização das sociedades, agora, denominadas, do sul. Dentre essas características poderíamos citar: a) grau de dependência; b) relação entre a utilização pelos indivíduos e pela sociedade do espaço-tempo, assim como o grau de inter-relação e de complementaridade entre as diferentes atividades inter-regionais; c) estratificação da sociedade; d) formas de modernização da vida regional; e) os investimentos públicos e privados; f) o papel da planificação; e g) o papel da política internacional, nacional e local.

Algumas questões de método ali expostas são imprescindíveis para a discussão proposta nesse artigo: Geografia e Epistemologia do sul. Primeira: a construção da noção de meio geográfico como meio técnico, agora meio técnico-científico-informacional. Segunda: a noção de espaço banal. Terceira: as noções de fluxos e rugosidades. Quarta: a noção de tempos espaciais. Quinta: a relação entre escala de observação e escala de explicação. Sexta: as noções de verticalidade e horizontalidade. Sétima: a noção de rede e a crítica às noções de hierarquia urbana e classificações das cidades.

Grosso modo, poderíamos colocar a vasta obra de Milton Santos em dois grandes grupos indissociáveis: a) as obras teórico-epistemológicas e b) as obras sobre a urbanização e o uso do território no Terceiro Mundo. Destacamos do segundo grupo: Pobreza Urbana, O Espaço Dividido, A Urbanização Desigual, Manual de Geografia Urbana, Ensaio sobre a Urbanização Latino-americana, MetrÓpole Corporativa Fragmentada, A Urbanização Brasileira e Por uma Economia Política da Cidade; e do primeiro: O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo, Por uma Geografia



Nova, Economia Espacial, Pensando o espaço do homem, Espaço e Método, Metamorfoses do espaço habitado, Técnica-Espaço-Tempo, Da totalidade ao Lugar e A Natureza do Espaço. Valeria a pena destacar os escritos de Milton sobre a universidade e, ainda, duas outras obras: Por uma outra globalização e o Espaço do Cidadão. Esse último coloca de maneira inédita a reflexão sobre espaço e cidadania.

SEGUNDO TEMPO

Alguns elementos da filosofia de Heidegger

Em que medida Heidegger nos ajuda a pensar a obra de Milton Santos e uma epistemologia do sul? Antes de começar a responder essa indagação gostaria de registrar que as reflexões colocadas aqui, sobre o pensamento de Heidegger, são fruto de discussões que tiveram lugar em uma disciplina que ministrei no curso pós-graduação em geografia da UFRN em conjunto com um colega do Departamento de Filosofia. A esse colega, Oscar Frederico Bauchwitz, quero creditar os meus acertos heideggerianos, os erros devem ser todos creditados a mim.

Começemos então a responder a nossa questão, fazendo outra: qual é a ação do verbo ser? a ação é sendo. Em sendo posso decidir ser ou não ser, podemos optar por morrer, mas não optamos por nascer nessa ou naquela situação, como diz Heidegger somos “lançados”. Ao sermos “lançados”, de modo geral, decidimos por ser. E não nos reduzimos a essa questão: ser ou não ser? Ao decidirmos ser nos projetamos para fora, nos geografizamos. Essa geografização está para além da minha decisão de ser ou não ser: ela está no como decido ser. E Milton Santos, citando Heidegger, diz “o onde determina o como do Ser, porque Ser significa presença” (SANTOS, [1996] 2006, 93). Essa presença é o que Heidegger chama de Dasein – o ser-ai, formas de ser. Ora, esse ser-ai, não diz respeito a uma única maneira de ser. O modo de ser do Dasein, da presença, nos coloca frente a um conjunto de possibilidades, a nossa capacidade de fazer escolhas, a possíveis modos de ser. A presença se constitui criando modos de ser único, daí Heidegger falar em existências, considerando que as circunstâncias impõem restrições ao que posso fazer. Diz Heidegger: “A existencialidade é sempre determinada pela facticidade” (HEIDEGGER, 2002, 259). Mas posso reagir a esta de várias maneiras. Eu não escolhi ser calvo, mas poderia estar usando uma peruca, fazer um implante, ficar desesperado, ou posso, ainda, me vangloriar e dizer que é dos carecas que as pessoas gostam mais.

Retomemos a questão do como ser e de sua relação com o onde. Constantemente tomo decisões e desenvolvo atividades que exigem tempo e também espaço. Pergunto-me sempre o que fazer agora ou mais tarde e somente posso fazer alguma coisa agora ou mais tarde estando aqui ou ali. Isso me leva diretamente para a geografia, pois, segundo Milton Santos, e é dele que estamos partindo: é ‘através do entendimento desse conteúdo geográfico do cotidiano’ que podemos compreender a relação entre ação e objeto

enxergando na materialidade, esse componente imprescindível do espaço geográfico, que é, ao mesmo tempo, uma condição para a ação; uma estrutura de controle, um limite à ação; um convite à ação. Nada fazemos hoje que não seja a partir dos objetos que nos cercam (SANTOS, [1996] 2006, 321).

Se não fazemos nada, e eu diria não hoje, mas sempre, que não seja a partir dos objetos que nos cercam, abrimos a geografia para a discussão da técnica, pois ao ter de ser e o nosso modo de ser nos abre para o mundo, para o ser-no-mundo. A presença tem como essência o ter de ser, o ente. Como dissemos antes a ação do verbo ser é sendo e é sendo que o ente existe e ‘sua essência deve ser investigada a partir de sua existência’. “É a partir deste modo de ser e com vistas a este modo de ser que todo e qualquer existir é assim como é.” (HEIDEGGER, 2008, 87). Aqui essência e existência não estão juntas. A existência designa o nosso modo de ser, o modo de ser-ai. Creio que a partir desse ponto já podemos iniciar a nossa discussão sobre uma epistemologia do sul. A



essência do sul está na forma de sua existência e não fora dela. A epistemologia do norte nos coloca a todos numa única e mesma forma de essência e de existência: aquela do homem ocidental, branco, europeu, da tecnologia moderna, do progresso... essa forma seria a verdadeira essência do existir humano. O que foge disso é patológico, feio, desumano. Ratzel, que, nas universidades, aprendemos muito cedo a descartar, ou mesmo nem ouvimos falar, faz duas advertências que nos parece pertinentes a este respeito:

Alguns etnógrafos têm sustentado que o progresso da civilização não consiste em outra coisa que não seja uma maior libertação, das pessoas, das condições naturais do território; contrariamente a isso, nós podemos afirmar que a diferença entre povos primitivos e civilizados não reside no grau, mas sim no tipo de vínculo existente entre o homem e a natureza. A civilização é independente da natureza não no sentido de um completo afastamento, mas sim no sentido do estabelecimento de vínculos mais diversos, mais vastos e menos imperiosos.

Ou ainda:

Quando um investigador, completamente encharcado pela teoria evolucionista, encontra algum povo que, sob algumas ou muitas circunstâncias, se acham ‘atrás’, de seus semelhantes, converte involuntariamente este ‘atrás’ em ‘abaixo’, quer dizer em um degrau inferior da escada pela qual a humanidade subiu desde o estado primitivo até o cume da civilização (apud CARVALHO, 2004, 76/78).

Voltando ao Heidegger diríamos que a essência de um lugar deve ser buscada no seu modo de existir, no seu modo de ser no mundo, pois sendo ‘abrimos espacialidades’. Na perspectiva de Heidegger e de Milton Santos, o que dever ser analisado somos nós mesmos ‘ao tempo que o ser desse ente é cada vez mais meu’. Precisamos entender que existe uma forma de ser de cada lugar, e que a sua explicação encontra-se aí, em seu modo de ser-no-mundo. Mas isso não pode significar que o ser-aí tenha alguma propriedade fora da relação com o mundo do qual ele faz uso ou não. Não existe um ente chamado ser-aí e outro chamado mundo, que por vezes se encontram. Costumamos ver esse tipo de análise na geografia: de um lado o espaço, do outro a sociedade; de um lado as ações, do outro os objetos. O sendo: ação do verbo ser nos coloca a todos, homens e lugares, numa relação constitutiva e essencial do nosso modo de ser. E ao ser nos geografizamos.

Uma obra arquitetônica, um templo grego, não copia nada. Ele se ergue simplesmente aí em meio às rochas escarpadas do vale. A obra arquitetônica envolve a figura do deus e neste velamento a deixa projetar-se no âmbito do recinto sagrado através do pórtico aberto. Graças ao templo o deus se faz presente no templo. Esta presença do deus é em si o alargamento e trans-delimitação do recinto como recinto sagrado. Todavia, o templo e o recinto não pairam no indeterminado. O templo-obra junta primeiramente e ao mesmo tempo recolhe, em torno de si, a unidade daquelas veredas e referências, nas quais nascimento e morte, maldição e bênção, vitória e ignomínia, perseverança e queda, ganham para o ser humano a configuração do seu destino. A amplitude reinante destas referências abertas é o mundo deste povo histórico. Somente a partir dele e nele é que ele retoma a si mesmo para consumir sua vocação (HEIDEGGER, 2010, 101/2) grifos nossos.

Ao nos geografizarmos damos sentido ao ser e aos modos de ser, ao existir. Neste sentido nenhum modo de ser específico permanece oculto, ou totalmente velado, a própria paisagem nos trás algum grau de desvelamento e o espaço nos parece algo incontornável na constituição do ente, na sua relação de ser-com e com os entes simplesmente dados.

A geografização nos remete à intencionalidade e à instrumentalidade. “Esta só pode ocorrer numa rede de pertencimentos mútuos entre diferentes instrumentos ou objetos que, em sua serventia, dependem uns dos outros para alcançar sua própria razão de ser” (SARAMAGO, 2008, 73). Para Milton Santos essa instrumentalidade dos objetos técnicos, tomados em sua abrangência, é o que permite alcançar a noção de espaço geográfico. Entretanto a técnica não pode ser vista apenas



como um instrumento, ela é também um modo de descobrimento, de desvelamento, pois o conjunto de objetos técnicos revelam um modo, uma possibilidade de existência do ser, ele revela a lógica posta no maquinário que precede a técnica. Ao nos concebermos, ou nos constituirmos a partir de um determinado conjunto de objetos técnicos o nosso modo de existir se revela, a essência da técnica é então o modo como concebemos o nosso existir. Entretanto, para Heidegger, o existir moderno passa pelo que chama de pensar calculador, diverso daquele da reflexão meditativa e desta maneira o que deveria nos revelar nos vela.

Tomemos como exemplo a linguagem. A essência do português que falamos no Brasil, não deve ser buscada nem na língua portuguesa, nem em Portugal, ela deve ser buscada na sua existência fática, ou seja, na forma como nós vivemos e sentimos essa que é a língua mais linda do mundo. “Até se dar o encontro com o português brasileiro, nós falávamos uma língua que não nos falava. E ter uma língua assim, apenas por metade, é um outro modo de viver calado” (COUTO, 2009, 66).

Para Heidegger (2008, 85) “A ‘essência’ da presença está em sua existência. As características que se podem extrair deste ente não são, portanto, ‘propriedades’ simplesmente dadas de um ente simplesmente dado que possui esta ou aquela ‘configuração’. As características constitutivas da presença são sempre modos possíveis de ser e somente isso” (grifos nossos).

O sul, ou melhor, os suís se constituem-se em modos possíveis de ser e somente isso. Ainda assim não passamos incólume da lógica da técnica moderna e de sua COMPOSIÇÃO, que reúne a todas as coisas no sentido de um dispor, convertendo o mundo em determinadas disponibilidades, ou melhor, enquadrando, resumindo, o mundo em disponibilidades que seria própria do ser, o que leva o ser ao esquecimento. Essa COMPOSIÇÃO, que dispõe e converte o mundo em determinada reserva de possibilidade, é o enquadramento da técnica moderna, do pensar calculador, da epistemologia do norte, que rejeita a reflexão meditativa, que aparta o ser de sua essência. Este apartar oculta a possibilidade de vislumbrarmos outras possibilidades e isso nos coloca em perigo e não visualizamos a possibilidade da volta. Porém Heidegger apelando para Holderlin alerta: “onde há o perigo cresce também a salvação”.

Para Milton Santos essa possibilidade da volta, da abertura do homem para a sua plenitude, está no sul, no mundo do pobre. É aí onde ainda encontramos vestígios de criatividade, e, provavelmente seja aí onde cresce a salvação que nos “exige perceber que, permanecendo apenas em uma forma de ‘des-velamento’, o homem desfigura a realidade e a si mesmo” (CUPANI, 2011, 45).

Ortega y Gasset, uma matriz fundamental para o pensamento de Milton Santos.

Talvez a primeira lição que podemos tomar de Ortega y Gasset para o entendimento da geografia pretendida por Milton Santos, seja a ideia do eu e as coisas. De maneira idealista somente posso saber das coisas na medida em que esteja presente a elas e estas não tem sentido independente de mim. Mas isso não coloca a independência do sujeito. “Não posso falar de coisas sem eu; mas tampouco de um eu sem coisas” (MARÍAS, 2004, 498). Seguindo esse raciocínio necessito sempre das coisas para ser. O Ter de ser que falei antes demanda sempre a minha relação com as coisas. Somente sou na minha inseparabilidade com as coisas. Essa inseparabilidade originária do eu com as coisas é o que Ortega chama de realidade radical. “Eu sou eu e minha circunstância”. Entretanto não se trata de duas coisas que existem a priori – eu e as coisas – e que se encontram por acaso, ou quando considera necessário. Não é algo do tipo: “Hoje eu vou sair para me encontrar com as coisas”. Definitivamente não. Eu não posso falar de um eu sem as coisas. A realidade radical da qual fala Ortega ‘é esse fazer do eu com as coisas, que chamamos vida’, é nossa vida. “E a vida é o que fazemos e o que nos acontece. Viver é tratar com o mundo, dirigir-se a ele, agir nele, ocupar-se dele” (MARÍAS, 2004, 499). Não se trata aqui da prioridade das coisas (realismo), nem do eu sobre elas (idealismo). Trata-se de um fazer-se, constituir-se na e pela relação. Trata-se da constituição mesma do homem com seu corpo inorgânico, como diria Marx. Corpo esse que, na sociedade capitalista, está alienado de nós.

Nem coisas já prontas, nem um eu já pronto. Coisas e eu são apenas possibilidades que somente são na relação de constituição da vida humana. Acreditamos que essa formulação orteguiana seja uma das inspirações do Milton Santos para elaborar a noção de espaço como ‘sistema de objetos e sistema de ações’. Diz Milton Santos “Os objetos não têm realidade filosófica, isto é, não nos permitem o conhecimento, se os vemos separadamente dos sistemas de ações. Os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos” (SANTOS [1996], 2006, 63). Essa ideia, de Milton Santos, recoloca a questão da circunstância. Circunstância no sentido de vida humana, de vida biográfica, de projeto que pretendo realizar tendo em vista essa mesma circunstância. Circunstância no sentido do que está em nosso entorno, do direito ao entorno de Lefebvre, no sentido de tudo aquilo que nos rodeia, do espaço banal, mas também no sentido mais remoto, físico, histórico e espiritual. A circunstância é a ‘outra metade de minha pessoa’. Se somente me constituo com o que me cerca, somente me constituo segundo uma geografia, segundo uma espacialmente. Pensar o sul é pensar uma circunstância do sul e como esta se constitui geograficamente. Nesse momento podemos introduzir, mais uma vez, um elemento caro, tanto a Ortega quanto a Milton: A técnica.

Ortega em seu livro *Meditações da Técnica* começa a discussão colocando o seguinte: o homem sente frio, sentir frio é um fenômeno com duas faces bem distintas: a) no entorno do homem existe um fenômeno real chamada frio e b) essa realidade lhe agride e se apresenta com um caráter negativo (o frio o ameaça de morte, o aniquila, o nega). Para Ortega y Gasset o homem quer viver, a necessidade de viver não é imposta ao homem, como é imposto à matéria não poder aniquilar-se. “A vida – necessidade das necessidades – é necessária apenas num sentido subjetivo; simplesmente porque o homem decide autocraticamente viver. É a necessidade criada por um ato de vontade...” (ORTEGA Y GASSET, 1963, 9). Esse ato de vontade implica em atos técnicos que são a reforma que o homem impõe à natureza tendo em vista a satisfação de suas necessidades.

O homem responde às necessidades mudando a natureza da natureza. A técnica não satisfazer a necessidade ela muda a natureza. Para se alimentar nós utilizamos da técnica do cozimento, neste sentido a técnica não satisfaz, de imediato, uma necessidade ela faz o cozimento, muda a natureza da natureza. Assim sendo a natureza (frio) não nos nega, pois se não há fogo nós o fazemos e assim negamos a natureza primeira. “A técnica é o contrário da adaptação do sujeito ao meio, posto que seja a adaptação do meio ao sujeito” (ORTEGA Y GASSET, 1963, 16).

O homem não se adapta ao meio, ele adapta o meio a ele e é esse o espaço, objeto de estudo da geografia. Esse é o meio de la Blache, que ainda não compreendemos bem. Segundo Ortega y Gasset (1963, 18) Esta reação contra seu contorno, este não resignar-se contentando-se com o que o mundo é, é o específico do homem.

À pedra lhe é dada feita sua existência. O homem tem que fazer-se a cada momento para existir. Ao homem lhe é dada a abstrata possibilidade de existir, mas não lhe é dada a realidade, pois o ser do homem e o ser da natureza não coincidem plenamente. O homem é um programa: “portanto, o que ainda não é, mas que aspira a ser. [...] Um ente cujo ser consiste, não no que já é, mas no que ainda não é, um ser que consiste em ainda não ser. Todo o resto do universo consiste no que já é” (ORTEGA Y GASSET, 1963, 39).

Para os entes existirem no universo não é um problema, pois já são, um astro é um astro, um touro um touro; um homem é um vir a ser, é uma possibilidade. O homem para existir tem que fazer-se. “A vida de cada um de nós é alguma coisa que não nos é dada feita, presenteada, mas alguma coisa que é preciso fazer” (ORTEGA Y GASSET, 1963, 43). “O homem queira ou não, tem de fazer-se a si mesmo, autofabricar-se” (ORTEGA Y GASSET, 1963, 44).

Não posso entender isso sem a geografia, sem os lugares, sem as diversas formas de ser. Dessa maneira não há um lugar único ou pré-concebido. A nossa existência depende da forma como nos autofabricamos, essa autofabricação tem relação direta com as circunstâncias da qual falamos antes. Implicando que o estudo geográfico não pode abstrair as singularidades dessas circunstâncias, as singularidade dos lugares, das geografias. Se for verdadeiro que o homem tem que autofabricar-



-se é da sua essência ser técnico. Para viver o homem tem que esforçar-se para ter o que ainda não tem: ele mesmo e sua geografia.

A técnica implica em que haja um ente cujo ser consiste, antes de tudo, no que ainda não é – projeto, pretensão. Assim sendo “esse ente tem que desgastar-se na realização de si mesmo” (ORTEGA YGASSET, 1963, 51). A realização de si mesmo somente é possível com elementos reais (materialidade) “A matéria, o elemento real onde e com o qual o homem ‘pode’ chegar a ser de fato o que é em projeto, é o mundo. Este lhe oferece a possibilidade de existir e, ao mesmo tempo, grandes dificuldades para isso” (ORTEGA YGASSET, 1963, 51). São nestas condições que se insere o fato da técnica. O existir se constitui de maneiras diversas. “O povo no qual predomina a idéia de que o verdadeiro ser do homem é ser bodhisatva não pode criar uma técnica igual aquele outro no qual se aspira a ser gentleman” (ORTEGA YGASSET, 1963, 52). “É o projeto quem suscita a técnica” (ORTEGA YGASSET, 1963, 54) grifos nossos.

Sartre: materialidades, totalidades e totalizações

A influência de Sartre sobre a obra de Milton Santos é inequívoca. O importância das materialidades, o papel das rugosidades, o espaço como instância social, as temporalidades, as totalidades e as totalizações, horizontalidade e verticalidade, o cotidiano, evento, co-presença, vizinhança, dentre outras, são questões, noções e conceitos, imbricados, trazidos por Milton Santos e que carregam uma forte marca de Sartre. Para discussão pretendida nesse artigo apontarei apenas duas delas: a importância das materialidades e as totalidades e totalizações. No livro *Por uma Geografia Nova*, Milton Santos, reclama do fato de o espaço passar despercebido ou não ser analisado em profundidade pela maioria dos estudiosos e tomando Sartre diz “deveríamos perguntar-nos por que ‘não tentamos absolutamente estudar este tipo de ação passiva que a materialidade exerce sobre os homens e a história, oferecendo-lhes em troca uma práxis roubada sob a forma de contrafinalidade’” (SANTOS, [1978] 2004, 172) e continua:

O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem tanto domínio sobre o homem, nem está presente de tal forma no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem entre si estes pontos são elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam sua prática social. A práxis, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana, é um dado sócio-econômico, mas é também tributária das imposições espaciais.

Essa ideia está fortemente ancorada na noção de prático-inerte de Sartre, que Milton Santos chama de inércia dinâmica. Para ele é a característica do prático-inerte o fundamento da existência do espaço como estrutura social. Acrescente-se a isso a ideia de totalidade e de totalização, entendendo-se a primeira como resultado e a segunda como processo. O que nos permitiria analisar a totalidade como movimento real e como um conjunto inerte e um movimento da totalização que está sempre em curso. Em outro momento de sua obra Milton Santos ([1996] 2006, 119) nos lembra que poderíamos aproximar essa noção à ideia de “espaço espacializante e espaço esapcailzado” de Merleau-Ponty. Desta maneira a totalidade estruturada é “perfeita”, acabada e em movimento. Uma totalidade produzida e em produção, convivendo ao mesmo tempo e nos mesmos lugares, num incessante processo de totalização. Diz Milton Santos ([1996] 2006, 119) que é esse

movimento permanente que interessa à análise geográfica: a totalização já perfeita, representada pela paisagem e pela configuração territorial e a totalização que se está fazendo, significada pelo que chamamos de espaço”, ou ainda “Se o ser é a existência em potência, segundo Sartre, e a existência é o ser em ato, a sociedade seria, assim, o Ser e o espaço, a existência. É o espaço que, afinal, permite à sociedade global realizar-se como fenômeno.

Como sabemos Sartre coloca em dúvida uma dialética da natureza, uma vez que não poderíamos compreender a dialética deixando de lado conceitos com temporalidade, projeto,



totalização-em-curso, negatividade, etc. para ele atributos que estariam na esfera do Para-si, assim como a espacialidade. O que nos permitiria compreender o homem no lugar lá onde ele está, na sua singularidade, e não dentro de uma ideia global e generalizante. Assim o existencialismo de Sartre nos ajuda, como ajudou a Milton Santos, compreender que os processos objetivos da evolução social se impõem a todos os homens e a todos os lugares, porém de forma distinta. Aprendemos então que não podemos substituir grupos reais e bem definidos por coletividades indeterminadas, não podemos deixar que o universal substitua o particular. Acreditamos que foram questões como estas que levaram Milton Santos a um bifurcação em direção a Sartre, sem abandonar formulações caras a Marx.

A noção de Emergência (um pouco de complexidade)

Essa não é uma noção que está em Milton Santos, mas a considero fundamental para pensarmos uma epistemologia do sul. Trago-a da complexidade, que nos chama a atenção para outras questões como a incerteza, a imprevisibilidade, a não linearidade, a auto-organização, o inacabado, a dependência e a autonomia, a recursividade, a dialogia... Isso tudo, claro, teria lugar em outro momento. Falarei rapidamente apenas da noção de emergência. O que são emergências? A emergência diz respeito à ordem do acontecimento novo, do imprevisível e, principalmente, diz respeito a uma combinação original de elementos e padrões já existentes. “Essas combinações são portadoras de propriedades novas, ditas emergentes, que não preexistem absolutamente nos elementos isolados. A molécula de água, por exemplo, é um excelente solvente, o que não são de forma alguma o hidrogênio e o oxigênio que a compõe” (REEVES, 2002, 46. A emergência supõe relações inaugurais entre padrão e variação; universal e particular; unidade e diversidade. Discutir o sul ou os suis sem levar em consideração as diversas combinações originais é, do meu ponto de vista, perda de tempo.

TERCEIRO TEMPO

As epistemologias do sul.

De saída peço desculpas por algumas injustiças que cometeria agora. Ao tratar das questões referentes às preocupações com o sul vou me referir especificamente a alguns autores, outros apenas citarei. É nessa direção que vão as minhas desculpas, pela falta de lembrança ou pelo meu desconhecimento. Gostaria, entretanto de expressar o meu respeito a todos aqueles, intelectuais ou não, que vêm de uma forma ou de outra contribuindo para uma ruptura epistemológica, o que nos permitiria evidenciar aquilo que Milton Santos chama de contrarracionalidades e racionalidades paralelas. Mesmo sendo sabedor da minha falha não posso deixar de destacar alguns nomes importantes para essa discussão, mas que no momento não me referirei diretamente. São eles: Amartya Sen, Hassan Zaoual, Darcy Ribeiro e Celso Furtado.

Para nossa discussão sobre o sul, trarei elementos a partir de algumas formulações de Edgar Morin, Boaventura de Souza Santos e, claro, Milton Santos.

De Edgar Morin reteremos a ideia de vários suis – diferentes – mas submetidos a uma concepção única. Concepção de atraso imposta pelo norte, do imperativo do progresso que deveríamos chegar. Dele também retemos a ideia de que a reflexão da totalidade deve recusar a redução e a disjunção. Não existe um norte maravilha, assim como não deverá existir um sul maravilha. Devemos acolher a cultura do norte que trouxe valores universais como a democracia representativa, os direitos humanos, os direitos da mulher, as autonomias individuais. Mas deveremos estar atento para o fato de que essa cultura também trouxe uma visão que impede ver as qualidades dos suis e sua lógica que é cega às várias realidades do sul e que são taxadas de atrasadas, arcaicas, preguiçosas. Morin nos convida a problematizar a partir do sul, a partir de nós mesmos. Pensar a partir de nós mesmos significa expurgar, do nosso íntimo, uma cultura intelectual, política e afetiva que nos é imposta



de cima para baixo, do norte para o sul; significa substituir um saber fechado, comum à técnicos e gestores arrogantes, por um conhecimento aberto e dinâmico; significa primeiro compreender o fenômeno para depois medi-lo; significa que a análise das cidades, por exemplo, não pode ser o resultado da racionalidade glacial do cálculo; significa entender que “o futuro não é feito apenas de tendências, mas de tendências e de vontade” (SANTOS, [1993] 2005, 139); significa desejar o melhor dos mundos e lutar por um mundo melhor; significa enfim oferece à razão razões para evoluir.

Deixemos claro, aqui, que não fazemos coro aos xenofobismos, aos nacionalismos, aos bairrismos e a nenhum outro ismo. A nossa postura será sempre aquela de respeito à alteridade, ao outro. Vivemos num mundo globalizado, e respeitar o outro, respeitar as diferenças e diversidades nos parece um preceito fundamental junto àquele da tolerância. Afora isso corremos o risco de vermos, como já se vê no Brasil, em versão própria, multiplicados os Anders Behring (católico fundamentalista responsável pelo massacre na Holanda). Entretanto respeitar o outro não quer dizer reduzir-se, ou subjugar-se a ele. Não quer dizer ficar de joelhos.

Parece que existe presente no espírito dos povos do sul a crença arraigada de que, para resolver os nossos problemas, devemos sempre tomar como parâmetros exemplos de fora, que consideramos indiscutíveis, enquanto a busca de soluções endógenas nunca é privilegiada e sistematizada. Quando essas tentativas ocorrem são mortas no seu nascedouro. É essa crença que chamamos de complexo de inferioridade do colonizado. E no nordeste nos sentimos duplamente colonizados: pelos de fora e pelo sul “maravilha”. Sentimos-nos na periferia da periferia.

Essa obediência, diante de uma racionalidade exógena, se expressa no cotidiano de cada um de nós, na cultura popular e na chamada “norma culta”. Essa obediência está enraizada nas mentes dos nossos teóricos, dos nossos técnicos, dos nossos dirigentes.

Mia Couto (2009, 29) defende a ideia de que o atraso de Moçambique

não se localiza na economia, mas na incapacidade de gerarmos um pensamento produtivo, ousado, inovador. Um pensamento que não resulte da repetição de lugares-comuns, de formulas e de receitas já pensadas pelos outros. (...) Às vezes pergunto-me De onde vem a dificuldade em nos pensarmos como sujeitos da história? Vem sobretudo de termos legado sempre aos outros o desenho da nossa própria identidade. Primeiro, os africanos foram negados. O seu território era a ausência, o seu tempo estava fora da história. Depois, os africanos foram estudados como um caso clínico. Agora são ajudados a sobreviver no quintal da História.

Eu diria que, na essência, o Brasil não se diferencia muito disso. Exemplo é o projeto Metrôpole Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que tem em sua lógica descobrir “talentos”, sem em nenhum momento se perguntar o que seria um talento. Esse talento está dentro da lógica do pensar calculador do qual nos fala Heidegger. Escolhemos dentre cerca de 12.000 adolescentes apenas 1.000. E os outros 11.000 sem “talento”, o que faremos com eles?

Deixar de lado o complexo de inferioridade e de colonizado não quer dizer ter ódio pelo exterior, muito menos pelo sul “maravilha”, ou pelo norte, que, diga-se de passagem, também é nosso e feito por nós. Deixar de lado esse complexo é entender que a diversidade existe. Somos vários, muito diferentes uns dos outros, mas não devemos nos submeter a uma concepção única venha de onde vier. A visão única nos impede de ver as nossas qualidades, as nossas virtudes, a nossa arte de viver, nossos conhecimentos que deveriam ser sempre salvaguardados.

Boaventura de Souza Santos (2010, 15) nos lembra de que diferentes tipos de relações sociais, e eu acrescentaria, diferentes tipos espaciais, podem dar origem a diferentes epistemologias. Entretanto, de modo geral, essas diferenças não são objeto de discussão, elas não são vistas como diferenças, mas como desvios, doenças. Essa visão ceifa outros tipos de conhecimento e tira-lhe o contexto cultural, político, espacial. Excetuando o espacial, essa é a grade questão colocada por Boaventura de Souza Santos, qual seja a dominação, nos dois últimos séculos, de uma epistemologia que eliminou da reflexão o contexto cultural e político da produção e reprodução do conhecimento



e se pergunta também sobre as consequências de tal eliminação. Desta maneira a epistemologia dominante está assentada em uma dupla diferença: aquela do mundo moderno cristão ocidental e aquela do colonialismo e capitalismo. Esse hipercontexto reivindica a pretensão de universalidade e se plasmava na ciência moderna e se impõe sobre os povos e culturas em decorrência da intervenção política, econômica e militar do colonialismo e do capitalismo moderno. Eu acrescentaria que essa pretensão é tanto de uma epistemologia de direita quanto de esquerda. Para Boaventura de Souza Santos esse processo trouxe algumas consequências: um epistemicídio (supressão dos conhecimentos locais) e perda da ontológica; e a criação de um vasto aparato institucional o que dificultou diálogos entre saberes. No entanto esse processo que é vasto e diverso permite contradições, e essas contradições, hoje, se exacerbam com a revolução da informação.

O pensamento de Milton Santos, que permeia todo o nosso artigo, se inquieta desde muito cedo com esses problemas. Como já mostrei, em seu livro o ‘Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo’, da década de 1960, estas questões já estão postas. O espaço Dividido, publicado na França em 1975 e no Brasil em 1978, até onde eu saiba, e eu sei pouco, é a primeira proposta teórica com base na existência efetiva do chamado mundo subdesenvolvido. Na sua Introdução, que tem um título: “Em Busca de um novo Paradigma”, diz Milton Santos:

“A abordagem teórica da urbanização em países subdesenvolvidos ainda é coisa recente. Os anos 1950, que foram um período de desbravamento da matéria, conheceram o gênero de especulação que conduz à criação de fórmulas”. (...) “Não se trata de um mundo em desenvolvimento, mas de um mundo subdesenvolvido com suas características próprias e seus mecanismos fundamentais que será necessário demonstrar”. (...) “Os componentes do espaço são os mesmos em todo o mundo e formam um continuum no tempo, mas variam quantitativa e qualitativamente segundo o lugar, do mesmo modo que variam as combinações entre eles e seu processo de fusão” (SANTOS, [1979] 2004, 15, 19, 20).

Esse livro rompe com as abordagens dualistas: “moderno” versus “tradicional” e substitui pela dialética entre o ‘circuito superior’ e ‘circuito inferior’. Essa obra é pouco lida no Brasil e quase não é lida pelos geógrafos. O nosso crescimento extravertido, marca duradoura de nossa herança, e a vontade de modernização a todo custo nos levou sempre a “tomar como parâmetros exemplos de fora, considerados indiscutíveis, enquanto a busca de soluções endógenas não era sistematizada”, reclama Milton Santos, em artigo de jornal, ao responder a pergunta: Quem somos? Para onde estamos indo?

Pensando sobre a América Latina Milton Santos (2006, 19) considera que quando esta se “torna europeia produz uma combinação inédita na história mundial”. Mas assim como a África, lembrada aqui por Mia Couto, o nosso território também era ausência e também fomos estudados como patologias. Nunca fomos vistos e estudados como algo novo, mas como uma reprodução atrofiada do velho. Neste epistemicídio do qual nos fala Boaventura de Souza Santos nos tiraram o Lugar que poderia realmente ser algo novo. Essa possibilidade de criação do Lugar ‘novo’, coincide com o início da história do capitalismo e do processo que chamaremos mais tarde de globalização. Esses inícios que trazem em seu bojo o ímpeto criador e inovador característicos do capitalismo trazem também ideias e mitos normativos. Criando na América Latina um modelo híbrido, ambíguo, bifronte. D. João VI nos chega, em 1808, fugindo de Napoleão, mas leva-o consigo. Precisamos a todo custo ser moderno. (SANTOS, 2006, 19, 20)

Condensando o exposto por Milton Santos (2006, 21-23), todo esse processo tem implicações epistemológicas para o estudo da América Latina. Quais sejam:

- a) A epistemologia das luzes é incapaz de entender o mundo da modernidade, pois separa o resultado do processo para dar mais importância ao resultado. Essa recusa ao processo é também uma recusa à teorização e a separação entre razão e emoção, com a crença na superioridade da razão;



- b) A interpretação do território e das cidades a partir do enfoque da industrialização quando este deveria ser tomado como um dos elementos e não o elemento central. Disso decorre a visão do terciário como residual (visto pela esquerda e pela direita);
- c) A teoria da dependência que privilegia o enfoque do modo de produção e não a formação social;
- d) Recentemente a aceitação tranquila de certa forma de trabalhar o meio ambiente sob uma perspectiva naturalista;
- e) Enfoques redutores da realidade ao econômico implicando em modelos, esquemas e comparações numéricas. Eis outra grande mania das ciências sociais latino-americanas: a comparação. O que nos levaria a algo ainda mais grave: a imitação;
- f) A universidade a-crítica que se torna o trunfo dos enfoques redutores. As universidades recentemente se divertem a enviar aos professores listas cretinas nas quais perguntam quantos papéis publicaram, quantas entrevistas deram aos jornais, quantas vezes falaram na rádio – um convite a cretinização que está dando resultados melhores do que se poderia imaginar.

Todos esses fatores contribuem para que nas nossas análises percamos de vista o Lugar (chegamos até mesmo a falar de não-lugar). É no lugar que encontramos as manifestações de espontaneidade e de criatividade. “É por isso que são os mais pobres na cidade que apontam para o futuro”, são eles que têm uma relação mais fecunda com o território, a classe média está sempre olhando para fora o que a coloca numa certa zona de conforto e a leva à preguiça intelectual. O ‘efeito de vizinhança’ do qual fala Sartre, se assemelha à vida do pobre da cidade que é obrigado a conhecer o seu entrono para sobreviver. É preciso matar um leão por dia. Se reinventar todo dia. Para Milton Santos esses aspectos não são analisados de maneira suficiente e são vistos como residuais, neste sentido nos preocupamos sobremaneira pelas realizações verticais dos atores hegemônicos do chamado Mundo. Precisamos entender que o tempo do mundo sofre influência do tempo do lugar. “O tempo é produzido pelo lugar e por aqueles que nele estão. O Mundo não é capaz de produzir o tempo. O tempo é a produção desse casamento entre uma sociedade e um entorno” (SANTOS, 2006, 24). Uma nova epistemologia não pode ater-se apenas as realizações verticais, ‘vindas do mundo’, as epistemologias dos seus devem levar em conta o “existencial que produz o elogio do horizontal”, pois “a nação se reconhece e se refaz cotidianamente a partir desse enlace no horizontal que é a vida cotidiana no espaço compartilhado” (SANTOS, 2006, 26).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo tem a pretensão de contribuir, no seio da geografia brasileira, para a necessidade de aceitarmos o desafio de forjarmos uma epistemologia do sul. No meu caso parto das elaborações de Milton Santos que, desde os anos 1960, reclama da indigência epistemológica da geografia. Partir de Milton Santos significa trazer à tona toda uma tradição científica geográfica, notadamente a francesa. É entender que à geografia cabe dar conta do mundo e do lugar, do cotidiano, da co-presença. Da existência. É entender que no sul não somos o que fazemos de nós, nem somos o que queremos fazer de nós. Somos aquilo que fazemos do que fazem de nós, como ensina Sartre.

Uma epistemologia do sul demanda uma epistemologia existencial, aquela da intersubjetividade, da intimidade, do espaço banal. Espaço de todos os homens, de todas as instituições, de todas as empresas, de todos os tempos, do espontâneo, das situações não-regulares. Demanda uma reflexão sobre o fato de que somos totalização-em-curso (projeto), que somos pela falta, que realizamos possíveis. Somos projetos que se projetam sem cessar, que têm sua existência no limbo entre o universal e o particular.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- CARVALHO, M. B. Geografia e Complexidade, in: SILVA, Aldo; GALENO, Alex (org). **Geografia Ciência do Complexus**. Porto Alegre: Sulina, 2004..
- COUTO, M. **E se Obama fosse africano?** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- CUPANI, A. **Filosofia da Tecnologia**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.
- HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. São Paulo: Vozes, 2008.
- HEIDEGGER, M. **A origem da Obra de Arte**. São Paulo: Edições 70, 2010.
- MARÍAS, J. **História da Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- MORIN, E. **Para um pensamento do sul: diálogos com Edgar Morin**. Rio de Janeiro: SESC, 2011.
- ORTEGA Y GASSET, J. **Meditação da Técnica**. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano Ltda, 1963.
- REEVES, H. **Os artesãos do oitavo dia**. São Paulo: Unesp, 2002.
- SANTOS, B. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.
- SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec/Edusp, [1978] 2004.
- SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec/Edusp, [1993] 2005.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec/Edusp, [1996] 2006.
- SANTOS, M. Por uma epistemologia existencial, *In*: LEMOS, A; SILVEIRA, M.; ARROYO, M (orgs.) **Questões territoriais na América Latina**. São Paulo: Clacso, 2006.
- SARAMAGO, L. **A Topologia do Ser**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- SILVA, M, A, da. **10 Anos sem Milton Santos**. Salvador: Edições ALBA, 2011.

Trabalho enviado em novembro de 2014
Trabalho aceito em dezembro de 2014

